

Sumário

1. Introdução	1
2. Inserção Histórica do Tema e sua Ambientação no Direito Administrativo: Entendimentos sobre Estado, Administração Pública e Gestão Pública	5
2.1 Estado e Administração Pública: Conceitos em Constante Mutação ...	5
2.1.1 Estado Liberal, Estado Social e Estado Neoliberal.....	9
2.1.2 A concepção de Estado adotada pela Constituição Federal de 1988: O Estado Democrático de Direito	15
2.2 A Evolução da Função Administrativa do Estado: o Surgimento da Administração Pública Consensual.....	17
2.3 Gestão Pública e Reforma Administrativa.....	28
2.3.1 Breve histórico do movimento de reformas administrativas no Brasil	31
2.3.2 Reformas administrativas no estrangeiro.....	41
2.3.2.1 Reforma administrativa no Reino Unido e em Países da Europa Continental.....	43
2.3.3 Modelos de Gestão Pública	46
2.3.3.1 Modelo Burocrático	46
2.3.3.2 Modelo Gerencial.....	53
2.3.4 A reforma da Administração Pública federal da segunda metade dos anos 1990.....	64

2.3.4.1 Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado	70
2.3.4.2 Principais inovações decorrentes da Reforma Administrativa da segunda metade da década de 90	74
3. Fundamentos Jurídicos do Modelo de Parcerias com as Organizações Sociais	79
3.1 Serviços Públicos.....	79
3.1.1 Serviços públicos não exclusivos do Estado: serviços públicos sociais.....	89
3.2 Fundamentos da Atuação Indireta do Estado Visando ao Alcance de Fins Públicos.....	92
3.2.1 Subsidiariedade estatal.....	93
3.2.2 As funções de regulação e fomento da Administração Pública.....	101
3.2.3 Princípio da Eficiência Administrativa	109
3.2.3.1 Breve conceituação de Princípio	111
3.2.3.2 O conteúdo jurídico do Princípio da Eficiência	116
3.3 Instrumentos Jurídicos que Viabilizam a Atuação Indireta do Estado na Promoção de Atividades de Interesse Público	121
3.3.1 Gestão privada de serviços públicos	130
3.4 Terceiro Setor.....	131
4. As Organizações Sociais	139
4.1 Elementos Introdutórios	139
4.2 Conceito e Características Fundamentais das Organizações Sociais	143

4.3 Parcerias entre o Estado e as Organizações Sociais.....	146
4.3.1 Espécies de parcerias entre o Estado e as Organizações Sociais	147
4.3.1.1 Atuação substitutiva da Organização Social via descentralização por colaboração.....	150
4.3.1.2 Atuação complementar da Organização Social via fomento público.....	155
4.4 Contrato de Gestão.....	157
4.4.1 Breve histórico do instituto.....	159
4.4.2 Natureza jurídica do contrato de gestão	162
4.4.3 Conteúdo do contrato de gestão.....	168
4.4.4 Controle da execução do contrato de gestão	173
4.4.5 Alteração e extinção do contrato de gestão	180
4.4.6 Previsão de “taxa de administração” ou similar no contrato de gestão	184
4.4.7 Seleção da Organização Social firmatária do contrato de gestão....	187
4.5 Previsão Legal.....	196
4.5.1 Evolução legislativa.....	196
4.5.2 Lei Federal nº 9.637/1998.....	197
4.5.2.1 Qualificação da entidade como Organização Social.....	199
4.5.2.2 Efeitos jurídicos da qualificação	211
4.5.2.3 Desqualificação da entidade como Organização Social.....	212
4.5.3 Legislação Estadual, Distrital e Municipal	216

4.6 Aspectos Controvertidos Relativos às Organizações Sociais	218
4.6.1 Regime jurídico aplicável às Organizações Sociais.....	218
4.6.2 Responsabilidade civil por danos decorrentes do contrato de gestão.....	221
4.6.2.1 Responsabilidade civil no âmbito do Direito Público	221
4.6.2.2 Responsabilidade civil da Organização Social	222
4.6.2.3 Responsabilidade civil do Estado	224
4.6.3 Compras e contratações de obras e serviços junto ao mercado	227
4.6.3.1 Procedimento para compras e contratações de obras e serviços	227
4.6.3.2 Natureza jurídica dos contratos firmados entre a Organização Social e fornecedores.....	231
4.6.3.3 Possibilidade de Organizações Sociais participarem de licitações públicas	233
4.6.4 Recursos humanos a serviço da Organização Social na execução do contrato de gestão	236
4.6.4.1 Política de contratação de pessoal	236
4.6.4.2 Cessão especial de servidores públicos para as Organizações Sociais	238
4.6.4.3 Despesas com a remuneração dos funcionários da Organização Social e aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal.....	240
4.6.5 Regime jurídico dos bens permitidos pelo Estado e dos adquiridos pela Organização Social com recursos públicos na constância do contrato de gestão	243

4.6.6 Regime tributário das Organizações Sociais.....	245
4.6.7 Cumulação de qualificações pelas Organizações Sociais	251
5. Constitucionalidade do Modelo de Parcerias entre o Estado e as Organizações Sociais	255
5.1 Fundamentos Constitucionais da Atuação do Estado em Parceria no Campo dos Serviços Públicos Sociais	255
5.2 Compilação e Análise dos Principais Posicionamentos Doutrinários Críticos ao Modelo das Organizações Sociais	262
5.3 A Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1923, que Tramitou no Supremo Tribunal Federal.....	272
5.3.1 Julgamento do pedido de concessão de medida liminar	276
5.3.2 Julgamento do mérito da ação	279
5.3.3 Análise do posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre a Lei nº 9.637/1998.....	294
5.3.4 Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1943, que também tramitou no Supremo Tribunal Federal.....	295
5.4 Experiências Práticas de Parcerias Celebradas com Organizações Sociais.....	297
5.4.1 Experiência na Administração Pública federal	300
5.4.2 Experiência no Estado de São Paulo	304
5.4.3 Experiência no Município de São Paulo.....	309
5.4.4 Experiência no Estado de Santa Catarina	311
5.4.5 Riscos potenciais relacionados à utilização do modelo federal de parcerias com as Organizações Sociais.....	312

5.4.6 Balanço sobre o contributo do modelo para o incremento da eficiência no oferecimento de serviços sociais à população	317
5.5 Sugestões de Alterações Legislativas e de Diretivas Hermenêuticas para Interpretação da Lei nº 9.637/1998 Conforme a Constituição Federal	319
5.5.1 Fim da discricionariedade do administrador público no ato de qualificação da entidade como Organização Social	320
5.5.2 Obrigatoriedade da realização de procedimento prévio de seleção da Organização Social parceira do Estado.....	321
5.5.3 Fim da interferência da Administração Pública nos órgãos diretivos da Organização Social	323
5.5.4 Submissão das Organizações Sociais a amplo e variado controle (valorização da <i>Accountability</i>).....	324
Conclusão	329
Referências.....	333